



História das Ideias Políticas
1º Ano - Ano lectivo 2014/2015
EXAME Curso Diurno TURMAS A/B - 11 de Junho 2015

I

Identifique e explicite, sucintamente, o que entende acerca de 2 (duas) das seguintes questões:

1. Maquiavelismo político.

Contextualização histórica e filosófica da obra de Maquiavel (Humanismo e Renascimento, nascimento de Estado, contexto político da Península Itálica).

Autonomia do poder político; formas de governo; pragmatismo e amoralismo político – meios e fins: conquista, manutenção e expansão do poder; acção política e *virtú*, exemplos históricos.

Pensamento de Maquiavel e maquiavelismo: identidades e desvios; razão de Estado.

2. Contrato social.

Contextualização histórica e filosófica da obra de Rousseau (referência em particular a “O Contrato Social”).

Concepção do homem no “estado de natureza”; poder político: origem, função, limites; rejeição da representação política; formação da vontade política; igualdade como realização da liberdade individual na comunidade política; indivíduo e maioria.

3. Socialismo científico.

Contextualização histórica; “questão social”; principais correntes socialistas (socialismo utópico, científico, de cátedra, de Estado) e principais autores, em especial Marx e Engels.

Caracterização do “socialismo científico”: influência e superação do pensamento hegeliano; materialismo histórico e dialético (infraestrutura/relações de produção e superestrutura); luta de classe, revolução e ditadura do proletariado; sociedade sem classes e o fim do Estado.

II

Comente um dos seguintes excertos:

1. “Ambos os gládios pertencem à Igreja, o gládio espiritual e o gládio material. Mas este deve ser usado para a Igreja e aquele pela Igreja: o primeiro pela mão do sacerdote, o segundo pela mão do cavaleiro, mas certamente por ordem do sacerdote e a mando do imperador”

São Bernardo, *Epístola 256*

O pensamento político medieval e a *Respublica Christiana* (a queda do Império Romano do Ocidente, o Papado e o Sacro Império, o poder bicéfalo).

Origem divina do poder político: a sentença paulina; o agostinianismo político; as doutrinas hierocráticas e os dois gládios; a doação de Constantino e a doutrina do *verus imperator*.

Contestação das doutrinas hierocráticas: as doutrinas anti-hierocráticas e o naturalismo político (Dante, Ockam, Marsílio de Pádua), a media via tomista (São Tomás e a Escolástica).

Manifestações das doutrinas políticas medievais na história e no pensamento portugueses.

“[...] podem os Povos, e Reinos, por público, e comum assento, e consentimento, concorrendo uma de duas coisas, do Rei ser tirano, ou na intrusão, ou no governo, privá-lo do Reino, ainda que esteja de posse dele, e dá-lo ao que tiver legítimo direito de reinar.”

Francisco Velasco de Gouveia,
Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal Dom João IV, 1644

A Restauração portuguesa de 1640 e a sua justificação: utilização do argumentário da Segunda Escolástica Peninsular.

A Segunda Escolástica: contextualização histórica da corrente e suas influências (Escolástica, Humanismo e Expansão Ultramarina) e principais autores (Vitória, Soto, Molina, Suárez...); temáticas e concepções; origem democrática do poder; poder *in habitu* e poder *in actu*; tirania e tipos de tirania (tirania *quod titulum* e tirania *quod dominium*); direito de resistência e tiranicídio. Os monarcómacos.

2. “É preciso que as leis se relacionem com a natureza e com o princípio do governo que está estabelecido, ou que se quer estabelecer; quer o formem, como é o caso das leis políticas, quer o mantenham, com é o caso das leis civis.”

Montesquieu,
Do Espírito das Leis, I, III

Montesquieu e o pensamento político.

Contextualização histórica do autor e da obra (em especial *O Espírito das Leis*). O pensamento político do século das luzes; o liberalismo aristocrático francês no contexto do liberalismo.

A concepção do poder político; a soberania e as formas de governo; a instituição do poder limitado: divisão de poderes, obediência à lei, supremacia do poder legislativo, hierarquia social e corpos intermédios; a adequação das leis a cada comunidade política e a importância das leis para a regulação política e social.

III

Tendo em atenção a evolução nas épocas moderna e contemporânea, **disserte criticamente sobre o tema do seguinte texto:**

“Art. 26.º: A soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum indivíduo ou corporação exerce autoridade pública, que se não derive da mesma Nação.”

Constituição política da monarquia portuguesa, 1822

A Constituição de 1822, suas raízes e influências.

Contexto do liberalismo português e da revolução liberal de 1820: relação entre iluminismo e liberalismo; Revolução Francesa e revoluções liberais; Liberalismo e liberalismos; constitucionalismo.

Concepção do poder político e de soberania; soberania popular (referência a Rousseau) e soberania nacional (referência a Sieyès); sufrágio censitário e sufrágio universal; sistema e representação política; o poder limitado e a divisão de poderes no liberalismo português.

Cotação: I – 4 valores/questão; II – 6,5 valores; III – 5,5 valores.